

Fernanda Simonato

## **ESTADO DE SANTA CATARINA** MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE CNPJ.: 78.505.591/0001-46

# PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP) MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

2022-2024
Prefeito Municipal
Valmor Golo
Vice-Prefeito
Vinicios Picolotto
Secretária Municipal de Saúde
Julse Daniel
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Moacir Rauber
Secretário Municipal de Infraestrutura
Elizandro Machado
Secretária Municipal de Assistência Social
Patrícia Gonçalves Soares Alves
Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Av. São Luiz, 531 – Fone/Fax (0xx49) 3348-1202 - Cep.: 89.845-000 UNIÃO DO OESTE - SC - e-mail: administracao@uniaodooeste.sc.gov.br



#### 1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

#### 2. Compartilhamento do plano

Local	Responsável
https://uniaodooeste.sc.gov.br/	Ponto focal do vigidesastres

#### 3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	Julse Daniel	saude@uniaodooeste.sc.gov.br	(49)3348-1252
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitarista)	Fernanda Simonato	visa@uniaodooeste.sc.gov.br	(49)3348-1212



#### 4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integra	antes
I.	Julse Daniel
II.	Fernanda Simonato
Colabo	oradores
00140	2 W W 2 U 2 U 2 U 2 U 2 U 2 U 2 U 2 U 2
I.	Suzana Sergílio de Carvalho
II.	Márcia Elaine Pulter
Reviso	res
110 (150	- ••
I.	Joel Capeletto
II.	Fabiano Bacin
III.	Dianei Diná Serina
137	Edison Donne Dolumete
17.	Edigar Roque Dalponte
V.	Moacir Rauber
VI.	Elizandro Machado dos Santos
L.	



#### Sumário

Apresentação	06
1.1 Objetivo Geral	06
1.2 Objetivos Específicos.	07
2. Marco legal e normativo	07
3. Caracterização do Município	11
3. 1 Aspectos Socioeconômicos.	11
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	12
3.3 Atividades Econômicas.	12
3.4 Características físicas.	13
3.4.1 Clima	13
3.4.2 Pluviometria.	13
3.4.3 Pedologia	13
3.5 Hidrografia.	13
3.6 Saúde	14
3.7 Assistência Social.	15
3.8 Segurança	16
3.9 Obras	16
4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos	17
5. Gestão de Risco em Desastres	18
5.1 Classificação do desastre, de acordo com o COBRADE)	19
5.2 Atuação de gestão de risco	20
5.2.1 Ocorrência de estiagem	20
5.2.2 Ocorrência de granizo	23
5.2.3 Ocorrências de enxurradas	25
5.2.4 Ocorrência de vendaval	29



5.2.5 Ocorrência de doenças infecciosas virais e zoonoses (dengue)	32
6. Organização da resposta às emergências em saúde pública	35
6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)	35
6.2 Sala de situação	36
7. Informações a população	36
8. Capacitações	36
9. Referências	37



# Apresentação

Visto que há uma tendência de crescimento de desastres naturais pelo mundo inteiro, observa-se que o tema dos desastres vem ganhando cada vez mais espaço nas agendas de governos e da sociedade de modo geral, num esforço de estarmos cada vez mais preparados para reduzir os seus riscos e principalmente os seus impactos.

A gestão de risco de desastres exige um processo de antecipação, planejamento e preparação para resposta, envolvendo os diferentes setores e esferas de governo (municipal, estadual e federal), assim como a sociedade organizada e as comunidades suscetíveis. Nesse processo, a organização governamental do município, envolvendo os seus diferentes setores, é de fundamental importância, já que situações de desastres ocorrem no território e o município é o primeiro respondedor.

O setor saúde tem grande responsabilidade nesse processo, já que os impactos dos desastres resultam em efeitos diretos (curto, médio e longo prazos) e indiretos sobre a saúde e o bem-estar das populações. Desse modo, os desafios são muitos e exigem que o município planeje, prepare, teste e mantenha um plano "vivo" de resposta aos desastres de origem natural ou tecnológica, integrando-o às estratégias já existentes do setor saúde e às lições aprendidas no passado com eventos similares.

Por isso, o plano de vigidesastres vem para estabelecer os procedimentos a serem adotados pelos setores da saúde envolvidos na resposta a urgências e emergências, bem como desastres, quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais, recomendando e padronizando a partir da adesão dos órgãos signatários os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos, prejuízos e principalmente preservar a saúde da população.

#### 1. Objetivos

#### 1.1 Objetivo Geral

Desenvolver ações contínuas no âmbito da saúde pública passíveis de prevenir, mitigar e recuperar os possíveis danos oriundos de uma emergência em saúde pública.



#### 1.2 Objetivos Específicos

- Identificar precocemente e atuar sobre os fatores de risco para desastres naturais;
- Desenvolver uma resposta rápida em situações de desastres naturais no âmbito municipal.
- Manter uma equipe treinada e capacitada para agir em situações de desastres naturais, mantendo ativa a comissão de operação em emergência na saúde pública;
  - Comunicar em tempo oportuno instâncias superiores, Estaduais e Federais;
  - Atuar de maneira intersetorial na recuperação de possíveis danos em desastres;

#### 2. Marco legal e normativo

Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Portaria n° 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).

Lei n° 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Portaria n° 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

**ESTADO DE SANTA CATARINA** MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CNPJ.: 78.505.591/0001-46

Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de

Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de

Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

Decreto nº 7.616 (2011): "Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública

de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde -

FN/SUS".

Portaria n° 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto n°7.616, de 17 de

novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de

Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde

(FN/SUS).

Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e

Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".

Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação

GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de

vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC;

dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional

de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e

monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10

de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394,

de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para

dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a

assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências.

**ESTADO DE SANTA CATARINA** MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CNPJ.: 78.505.591/0001-46

Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a

execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito

Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional

de Vigilância Sanitária.

Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a

revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de

Saúde (SUS).

Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde

(PNVS).

Portaria nº 188 (2020): "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional

(ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)".

Decreto nº 10.212 (2020): "Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário

Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de

maio de 2005". No documento "Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)"

referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, "a pandemia de COVID-

19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o

mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas".

Portaria SES nº 614 (2021): visa "instituir o Centro de Operações de Emergência em

Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde".

Portaria SES nº 615 (2021): visa "aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações

de Emergência em Saúde (COES)".

**ESTADO DE SANTA CATARINA** MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CNPJ.: 78.505.591/0001-46

Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento

federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos

Municípios, Estados e Distrito Federal.

A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos

estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.

Portaria GM/MS Nº 4.085, de 23 de novembro de 2022. Que dispõe sobre a Rede de

Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde -

Rede VIGIAR-SUS.

Portaria GM/MS Nº 4.185, DE 1º de dezembro de 2022. Altera a Portaria de

Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de

Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres, no âmbito do

Sistema Único de Saúde - SUS.

Portaria nº 814, DE 05 de agosto de 2022. Dispõe sobre a normatização da distribuição

do Hipoclorito de Sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em situação de risco,

onde não há acesso à rede pública de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e

prevenção às doenças de transmissão hídrica entérica.

A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de

distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina

atingidos por desastres.



#### 3. Caracterização do Município

#### 3. 1 Aspectos Gerais e Socioeconômicos

União do Oeste – SC está localizado no Meio Oeste do estado e pertence à microrregião de atuação da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC. O território do município é de aproximadamente 936,0 Km².

A colonização local de União do Oeste iniciou-se por volta de 1947, com a vinda de colonos gaúchos, que buscavam novas terras para cultivo. A descendência dos colonizadores era principalmente italiana, mas também havia alemães e poloneses. Anteriormente aos colonizadores, a comunidade já era povoada por caboclos.

O relevo do município é irregular, porém, o solo é de boa qualidade: de cor escura, fértil e próprio para produção agrícola. A água é encontrada em nascentes, riachos e sangas.

#### **POPULAÇÃO**

A população de União do Oeste foi estimada pelo IBGE (2021) em 2.364 habitantes, com uma densidade demográfica estimada de 31,42 hab./km² (2010)

O acesso para a área urbana do município é feito pela rodovia SC – 159, que corta a cidade de leste para oeste.

Segue tabela populacional estimada por sexo e idade:

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	69	66	135
5 a 9 anos	70	66	136
10 a 14 anos	63	59	122
15 a 19 anos	49	50	99



Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
20 a 29 anos	144	144	288
30 a 39 anos	178	156	334
40 a 49 anos	145	131	276
50 a 59 anos	202	188	390
60 a 69 anos	155	140	295
70 a 79 anos	91	99	190
80 anos e mais	44	55	99
Total	1210	1154	2364

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet) Data da consulta: 21/10/2022.

#### 3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

De acordo com os dados do IBGE (2010) o índice de Desenvolvimento Humano – IDH é de 0,705. (IBGE 2022)

#### 3.3 Atividades Econômicas

O Município tem sua economia voltada para as atividades agrícolas como a produção e cultivo de milho, soja, feijão e fumo. Também tem parte de suas atividades econômicas voltadas para a bovinocultura, avicultura, suinocultura, indústrias moveleiras, têxtil, comerciarias e pequenas empresas prestadoras de serviços (UNIÃO DO OESTE 2022).



3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

A altitude do município é de cerca de 460m acima do nível do mar, com uma Latitude de

26°45'40" e Longitude de 52°,51'19" a Oeste. Seu clima é mesotérmico úmido, e sua

temperatura media anual é de 16°C (com mínima aproximada de 5°C e máxima de 36°C).

Como histórico de desastres no município de União do Oeste tem-se 2014 decretado

estado de emergência e calamidade pública devido a enxurradas no município.

3.4.2 Pluviometria

A precipitação pluviométrica anual média é de 1700mm a 2000mm

3.4.3 Geologia e Pedologia

O relevo de União do Oeste possui uma baixa declividade em boa parte da área (urbana)

do município, o que se traduz em menor número de afloramentos rochosos. Ocasionalmente, são

verificados afloramentos dentro dos córregos que drenam o município. Verifica-se ainda, em

terrenos com maior declive, em cortes, regiões com perfil de solo pouco espesso, em que há

alteração da camada superficial de rocha.

3.5 Hidrografia

Conforme a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa

Catarina – SDS, o Estado tem seu território dividido em dois grandes sistemas hidrográficos

independentes e separados pela Serra Geral, seu mais importante divisor de águas: o Sistema

integrado da Vertente do Interior – bacias do Rio Paraná e do Rio Uruguai, com sete bacias

principais, e o sistema da Vertente Atlântica, formado por bacias isoladas que desaguam

diretamente no atlântico.

Além dessa divisão, considera-se ainda, a Lei Estadual nº10.949/98, Segundo a qual, o

estado divide-se em dez regiões hidrográficas. União do Oeste está inserida na RH 2.

As duas principais bacias hidrográficas da RH 2 são a bacia do Rio Chapecó, cuja área é

de 8.300 Km<sup>2</sup>; e a bacia do Rio Irani, com extensão de 1.592 Km<sup>2</sup>. Os principais contribuintes

da bacia do Rio Chapecó são os rios Chapecozinho e Feliciano, pelas margens esquerda e direita,

respectivamente. Na bacia do rio Irani, o rio Xanxerê à margem direita é um dos principais

contribuintes (SANTA CATARINA, 2009a).

A porção da RH 2 correspondente à Bacia do Rio Chapecó, na qual está inserido o

município de União do Oeste, abrange um total de 53 municípios, dos quais, 35 municípios

estão inseridos integralmente e o restante de forma parcial (SANTA CATARINA, 2009a).

As nascentes do rio Chapecó estão localizadas no município de Macieira. Ao longo de

seu curso, diversas bacias de rios menores são incorporadas ao rio Chapecó, de modo que o

território da bacia foi dividido em sub-bacias.

O município de União do Oeste encontra-se inserido no território da bacia do rio

Chapecó, parcialmente na área correspondente à sub-bacia do rio Burro Branco e parcialmente

na sub-bacia Chapecó com o Chapecozinho.

O rio Burro Branco drena União do Oeste na porção Oeste. A bacia do Rio Santo

Antônio do Pinhal abrange a maior área do município a leste, e passa pela porção norte/noroeste

da sede municipal, com uma largura média de 9m e direção de fluxo para sudeste. Suas margens,

na maior parte do percurso urbano, contam com vegetação gramínea e/ou herbácea ou arbórea,

com grau de eutrofização bastante variado. Em determinados pontos do município, o rio Santo

Antônio do Pinhal é cortado por pontes/estradas. Além destes rios, também drenam o município

o rio Pesqueiro, rio Azul, Arroio Tiriva, Arroio Sapinho, Lajeado Moraes.

3.6 Saúde

O Município de União Do Oeste-SC tem em seu território uma Unidade Básica de saúde,

que tem serviços de atenção básica, com uma equipe de estratégia de saúde da família, saúde

bucal, assistência farmacêutica, serviço de imunização, vigilância epidemiologia, sanitária e

endêmica, serviço de fisioterapia e psicologia. Nessa Unidade de Saúde funciona a estrutura da



Secretaria Municipal de Saúde onde são realizados os encaminhamentos de média e alta complexidade.

#### 3.7 Assistência Social

No município de União do Oeste os serviços da Política Municipal de Assistência Social são ofertados tendo como referência o Centro de Referência de Assistência Social. O CRAS de União do Oeste localiza-se na Rua Presidente Costa e Silva, 511, centro, próximo a Creche Municipal. O telefone para contato é 49 3348-1435, também disponível para contato via aplicativo Whatsapp. No momento a Secretaria Municipal de Assistência Social tem como Diretora responsável Patricia Gonçalves Soares Alves.

Dentre os programas, projetos e serviços ofertados pela Politica de Assistência Social em nosso município destacam-se:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

(0 a 6 anos, 6 a 15 anos, 15 a 17 anos, e Pessoa Idosa);

- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos;
- Escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas de violência;
- Encaminhamento para a assistência judiciária gratuita;
- Programa de Atendimento a autores de violência doméstica em parceria com Judiciário;
- Atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;
- Programa de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora;
- Auxílios eventuais: auxílio funeral, auxílio natalidade, auxilio em situação de vulnerabilidade temporária e auxilio em situações de calamidade pública e emergência ;
- Solicitação de 2ª via de Certidão de Nascimento, Casamento ou Obito;
- Organização documental de imigrantes e diálogo com a Polícia Federal;
- Informações relacionadas à Previdência Social;
- Encaminhamento e Informações sobre Programas de Transferência de Renda: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada para Idosos e Pessoa com Deficiência;



#### 3.8 Segurança

O Município conta com a Polícia Militar do 5º Grupamento do 1º Pelotão da 4ª Cia do 2º Batalhão, composta por 05 Policiais Militares. O responsável é o Sargento Dalponte. Contato: (49) 3348-1190

A Polícia Cívil: DPMU de União do Oeste, composta por um agente policial responsável, que atende ao público às quintas-feiras no período da tarde. Responsável: Agente de Polícia Eclemar Meneghini. Contato: (49) 3348-1190.

#### 3.9 Obras

A Secretaria de Obras do Município de União do Oeste está localizada na saída para o município de Jardinópolis, na SC 159. O responsável pelo setor é o Secretário Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos, Sr. Elizandro Machado. Telefone: (49)3348-1131.

Abaixo segue tabela contendo os equipamentos/máquinas do município.

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Caminhão caçamba Iveco placa MKC1584	01	Patio de maquinas
Caminhão Caçamba Iveco placa MKC1564	01	Patio de maquinas
Pá carregadeira Marca eougem	01	Patio de maquinas
Retroescavadeira randon	01	Prefeitura
Retroescavadeira caterpillar 416e	01	Patio de maquinas
Retroescavadeira xcmg	01	Patio de maquinas



4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

Mês /Ano	de Desastres Naturais e	The opogeneos
	Classificação	Relato:
	do Desastre	Relate.
	(COBRADE – Anexo	
	XX)	
	AA)	
2020/2023	COVID – 19	O coronavírus (COVID-19) é uma doença
2020/2025	COBRADE	infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. A
		maioria das pessoas que adoece em decorrência da
		COVID-19 apresenta sintomas leves a moderados e se
		recupera sem tratamento especial. No entanto, algumas
		desenvolvem um quadro grave e precisam de
		atendimento médico.
		Durante o período de Março de 2020 até o
		momento (março 2023), o munícipio de União do
		Oeste, confirmou 812 casos de covid 19, desses 15
		foram a óbito.
2014/2022	Dengue	O município de União do Oeste, passou a ser
		infestado em 2014 e permanece desde então, em 2016
		entrou em nível epidêmico ficando com 14 casos da
		doença.
2012/2022	Estiagem	Neste período, aconteceu estiagem com
2012/2022	Louagem	Neste período, aconteceu estragem com frequência em todo território municipal, onde ouve
		um grande volume de perdas na produção agropecuária
		e agrícola.
2012 /2022	Alagamento	Neste período aconteceu os seguintes eventos:
2012/2022	7 Hagamento	reste periodo deonteced os seguintes eventos.



/enchente	2014 foi decretado estado de emergência e
	calamidade publica devido a enxurradas.

#### 5. Gestão de Risco em Desastres

O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres. Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2022, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é a Sra. Fernanda Simonato, alocada na Vigilância Sanitária Municipal.

#### Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres

Etapa	Fase	Objetivo
Redução  Elementos da Gestão de	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
risco para evitar ou limitar o impacto adverso de	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
ameaças.	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.



Etapa	Fase	Objetivo
Manejo  Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
execução de ações necessárias.	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação  Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
a reconstrução.	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

# 5.1 Classificação do desastre de acordo com o COBRADE

Desastre	Código COBRADE
Estiagem: Período de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior a sua reposição	1.4.1.1.0
Enxurradas: Escoamento superficial da alta velocidade e energia,	1.2.2.0.0



provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas	
bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões	
de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial.	
Apresenta grande poder destrutivo.	
Tempestade local/Convectiva - Granizo: Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	1.3.2.1.3
Tempestade local/Convectiva - Vendaval: Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região	1.3.2.1.5
<b>Doenças infecciosas virais</b> – Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por virus.	1.5.1.1.0
Dengue - Uma doença causa pelo Vírus Den, transmitido ao ser humano	1.5.1.1.0
pela picada do mosquito Aedes Aegypti, causa febre, perda de apetitite,	
desidratação, dores musculares e atráz dos olhos. O tratamento consiste em	
hidratação e remédios para os sintomas básicos. A detecção da doença é	
feitra por análise do quadro clínico, prova do laço e exames laborátoriais.	
A melhor prevenção é o combate ao mosquito transmissor, uso de	
repelentes e roupas compridas.	

#### 5.2 Atuação de gestão do risco

#### **5.2.1 Ocorrência de <u>ESTIAGEM</u>**

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
----------------------	-------	----------------------------



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Provoncão	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde, Agricultura e Defesa Civil
Prevenção	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual via email e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de estiagem na região.	Equipes das Secretarias de Saúde, Agricultura e Defesa Civil, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Responsável pela Defesa Cívil do município.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis



ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Articulação intersetorial	Secretarias de Saúde, Agricultura e Obras.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde.	Secretaria da Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Vigilância Sanitária e Endemias.
Reabilitação	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos munícipes que procuram atendimento.	Secretaria da Saúde.
	Providenciar Caminhão Pipa para distribuição de água potável às famílias atingidas.	Secretarias da Agricultura e Obras.
Reconstrução	Providenciar perfuração de poços artesianos no município.	Secretárias de Agricultura e Obras. Epagri
	Solicitar o aumento da capacidade de distribuição de água pela	Secretaria de Administração.



CASAN.	

# 5.2.2 Ocorrência de **GRANIZO**

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Provoncão	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde, Agricultura e defesa Civil
Prevenção	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de tempestade com granizo na região.	Equipes das Secretarias de Saúde, Agricultura e Defesa Civil, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura Municipal.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Secretaria de administração e Assistência Social.



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Responsável pela Defesa Cívil do município.
	Fiscalizar os abrigos, para garantir condições higiênicos sanitárias	Responsável pela Vigilância Sanitária Municipal.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
ESPIL	Articulação intersetorial	Secretarias de Saúde, Agricultura, Defesa Civil e Obras.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto à Secretaria de Estado da Saúde	Secretaria de Saúde.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis



	Levantamento das famílias atingidas e que necessitem de auxilio por parte do poder público.	Secretaria de Assistência Social e Administração Municipal
Reabilitação	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de Hipoclorito de sódio 2,5% para tratamento da água.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Endemias e Vigilância Sanitária.
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos munícipes que procuram atendimento.	Secretaria de Saúde
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.

#### **5.2.3 Ocorrência de ENXURRADAS**

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de chuvas intensas na região, com possíveis elevação das vasões de água.	Equipes das Secretarias de Saúde, Agricultura e Defesa Civil, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Secretária de Administração e Assistência Social.
telefone de contat	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Responsável pela Defesa Cívil do município.
	Fiscalizar os abrigos, para garantir condições higiênicos sanitárias	Responsável Fiscal de Vigilância Sanitária municipal.



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Aumento do plano de amostragem de água, conforme a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, que cita: "Em situações de emergências em saúde pública (desastres ambientais, surtos ou epidemias, acidentes com produtos perigosos, entre outros), o monitoramento da qualidade da água pode ser ampliado de forma emergencial, e novos parâmetros ou agentes específicos, mesmo que não componham o padrão de potabilidade vigente, podem ser analisados com vistas a identificar sua presença na água".	Vigilância Sanitária.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
ESPIL	Articulação intersetorial	Secretarias de Saúde, Agricultura e Obras.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto à Secretaria de	Secretaria de Saúde.



	Estado da Saúde	
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Levantamento do números de famílias atingidas e que necessitem de auxilio por parte do poder público.	Secretaria da Saúde e Assistência Social. Administração Municipal
	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Defesa Civil e Corpo de Bombeiros
Reabilitação	Realocação das famílias que tiveram as residências atingidas.	Secretaria de Assistência Social e Administração Municipal
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Vigilância Sanitária.
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos municípes que procurem atendimento.	Secretaria de Saúde
Reconstrução	Disponibilizar auxilio na recuperação das propriedades	Administração Municipal,



atingidas.	Secretaria de Obras e Defesa Civil.
Realização de obras para melhorar as condições de locais de risco	
Limpeza de canais de drenagem, bueiros, valas e ruas.	

#### 5.2.4 Ocorrência de VENDAVAL

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Duoyon oã o	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes da Secretarias de Saúde e Agricultura
Prevenção	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Mitigação	Divulgar alertas à população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de tempestade e ventos na região.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Secretaria de Assistência Social.
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Responsável pela Defesa Cívil do município.
	Fiscalizar os abrigos, para garantir condições higiênicos sanitárias	Responsável pela Vigilância Sanitária Municipal
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis



ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.  Articulação intersetorial	Fiscal da Vigilância Sanitária.  Ponto focal do VIGIDESASTRE  Secretarias de Saúde, agricultura e  Obras.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto à Secretaria de Estado da Saúde	Secretaria de Saúde.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Levantamento das famílias atingidas e que necessitem de auxílio por parte do poder público.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal
Reabilitação	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas.	Secretaria de Assistência Social.  Defesa Civil e Corpo de Bombeiros
	Realocação das famílias que tiveram suas residências atingidas e danificadas.	Secretaria de Assistência Social. Administração Municipal
	Realizar visitas domiciliares às	Secretaria de Saúde e Assistência



	famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água potável.	Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Epidemiológica e Vigilância Sanitária.
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos munícipes que procuram atendimento.	Secretaria de Saúde
Reconstrução	Disponibilizar auxilio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.

# 5.2.5 Ocorrência de DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS e DENGUE

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Desenvolvimento de atividades educativas continuadas sobre os cuidados relacionados à prevenção.	Secretaria de Saúde, em conjunto com a Secretaria de Educação.
Prevenção	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência no aumento de casos de doenças infecciosas virais e ou zoonoses.	Equipes da Secretaria de Saúde, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
	Adequar a Unidade de Saúde para atender as demandas relacionadas a esses eventos.	Secretaria de Saúde
Preparação	Dispor de medicamentos e insumos necessários, e profissionais capacitados para atender a demanda.	Secretaria de Saúde e Administração Municipal.
	Realizar ações de inspeções para o controle ambiental do Aedes aegypti	Agente de Endemias em conjunto com as Agentes Comunitárias de Saúde
	Realizar ações de inspeções/ autuações/ abertura de processo administrativo sanitário para solução dos problemas referente ao	Vigilância Sanitária em conjunto com Agente de Endemias



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	controle ambiental do Aedes Aegypti	
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
ESPIL	Criação do COES	Secretaria de Saúde e secretaria de Administração
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto à Secretaria de Estado da Saúde	Secretaria de Saúde.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Levantamento dos munícipes expostos e que necessitem de atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social.



	quais os agravos com cidência e realizar o pecífico.	
atendimen	os horários de to e escala de trabalho ssionais para suprir a	Secretaria de Saúde.
monitoran orientar se	visitas domiciliares e nento da população para obre os cuidados com a relação aos sintomas e ngravos.	Agentes Comunitárias de Saúde e

#### 6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

#### 6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de

Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021),

com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da

emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN, ESPII).

6.2 Sala de situação

Atualmente no município já existe a sala de situação para tratar sobre assuntos referente

a dengue, porém visto a amplitude de situações que requer de uma equipe intersetorial a

proposta é ser criado um COES Municipal, que atenderá todas as demandas provenientes de

desastres naturais e de desastres tecnológicos.

7. Informações à população

A redução de danos e agravos à saúde durante a ocorrência de eventos adversos

provocados por desastres naturais é muito mais efetiva quando é utilizada a comunicação na sua

melhor forma para divulgar as instruções relativas aos procedimentos de controle de doenças e

agravos à saúde pública que se verificam nessas situações.

É importante destacar que, sem informações não é possível investigar, planificar e

monitorar as ameaças, avaliar os riscos à saúde ou responder adequadamente a um desastre.

O setor saúde poderá utilizar, nesse contexto, todos os meios de comunicação

disponíveis, tanto para alertas antecipados internos sobre eventos adversos, destinados à

mobilização de suas equipes, quanto para disseminação de notas técnicas, informes e instruções

ao corpo técnico e à população para controle de surtos epidêmicos e outras doenças de

importância epidemiológica nas diferentes fases do evento.

As demais informações sobre o evento adverso, previsões de ocorrências, número de

desabrigados e desalojados, doentes, feridos, desaparecidos e outras de relevância para a

população serão repassadas à imprensa pelos Gestores Municipais, Estaduais e da Defesa Civil.

8. Capacitações

As capacitações serão realizadas pelos profissionais técnicos das diferentes secretarias

do município, que atuam na área e possuem o conhecimento dos procedimentos necessários para

a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres.



#### 9. Referências

Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres / Carlos Machado de Freitas, Maíra Lopes Mazoto e Vânia da Rocha. — Rio de Janeiro, RJ : Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018.

Prefeitura Municipal de União do Oeste. História. Toda matéria, 2022. Disponível em: https://uniaodooeste.sc.gov.br/pagina-2253/. Acesso em novembro de 2022.

Esgotamento Sanitário Municipal – Diagnóstico de situação e proposição de alternativas. Julho de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <a href="https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc">https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc</a>. Acesso em setembro de 2022

Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade). Disponível em: http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf